



# BOLETIM

**DIEESE**

## DIEESE - Subseção APCEF/SP

Informe Semanal - n. - 11, 24/11/2014

### Mudanças nas taxas atuariais: alívio para os planos de previdência?

O Ministério da Previdência informa que o Conselho Nacional de Previdência Complementar aprovou, em 19 de novembro, mudança no critério para definição da taxa atuarial dos planos de benefícios. Essa taxa representa a valorização esperada dos ativos de investimento visando à formação da poupança necessária ao pagamento do benefício futuro. O novo parâmetro terá por base a rentabilidade de títulos públicos indexados ao IPCA. Por tal critério, é possível que a rentabilidade esperada se eleve em relação à taxa atualmente adotada, o que reduz a necessidade do saldo na data presente. Quanto maior a taxa, menor o saldo inicial (simulação - tabela 1)

Tabela 1 – Simulação de valor presente para a meta de R\$ 1 milhão, segundo taxa indicada

valor necessário (dentro de 120 meses)	taxa de juros		Valor presente
	anual	mensal	
<b>R\$ 1.000.000,00</b>	5,5%	0,45%	R\$ 585.430,58
	6,5%	0,53%	R\$ 532.726,04
	7,0%	0,57%	R\$ 508.349,29

>Saiba mais

### Alívio 2

A taxa atuarial dos planos da FUNCEF é INPC acrescido de juro de 5,5% ao ano. Estimativa de rentabilidade maior de títulos públicos representará necessidade menor de recursos na data presente. Com isso, déficits são reduzidos ou eliminados. A hipótese definida pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar poderá fortalecer, por outro lado, o direcionamento de recursos em títulos públicos indexados à inflação. Se a taxa da renda fixa, centrada em títulos públicos, fosse a referência neste ano, a meta na FUNCEF teria sido atingida, 8,13% ante 7,89%, segundo balancete mais recentemente publicado.

Consolidado por segmento	Saldo (R\$ mil)	Participação	Rentabilidade (*) acumulada	Rentabilidade (*) esperada
Renda fixa	24.593.949	<b>44,32%</b>	8,13%	7,89%
Renda variável	18.356.433	<b>33,08%</b>	5,17%	18,99%
Investimentos estruturados	5.477.193	<b>9,87%</b>	5,11%	7,89%
Investimentos imobiliários	4.737.920	<b>8,54%</b>	4,08%	7,89%
Operações com participantes	2.315.879	<b>4,17%</b>	10,04%	7,89%
Outros investimentos	12.712	<b>0,02%</b>	4,72%	7,89%
<b>Total</b>	<b>55.495.299</b>		<b>6,53%</b>	<b>7,89%</b>

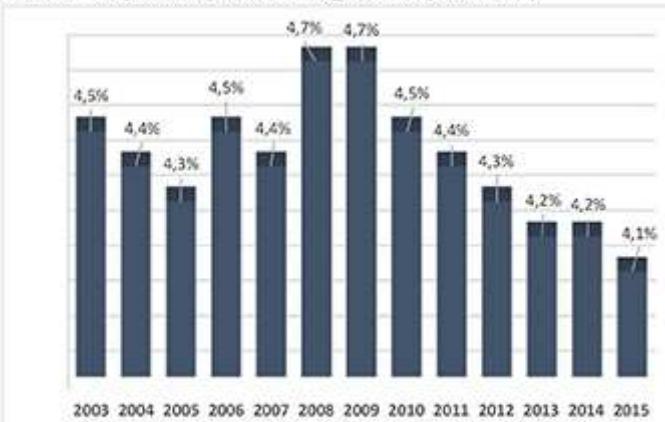
Fonte: FUNCEF - RE GECOP 023/14

Rentabilidade: taxa mínima atuarial de 7,89% acumulada de janeiro a agosto de 2014, exceção ao segmento de Renda variável, com IBOVESPA de 18,99%

>Saiba mais

### Despesa da União com servidores sob controle

A voz corrente de que o serviço público pesa cada vez mais nas costas da União é aquelas versões que se transformam em verdade, mesmo que contrariadas pelos fatos. De qualquer forma, vale o registro. No Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 encaminhado pelo Governo Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, a despesa de pessoal e encargos pessoais equivalerá a 4,1% do Produto Interno Bruto brasileiro. Em 2003, equivalia a 4,5%. Portanto, o dispêndio se reduziu em relação à riqueza gerada no país.

**Gráfico 1 – Despesa com pessoal e encargos em relação ao PIB (\*)**

Fonte: DIEESE

Elaboração: DIEESE – Subseção APCEF/SP

(\*) Para 2015, previsão estabelecida no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

>Saiba mais